
APRESENTAÇÃO

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2018.1.31544>

A Revista *Oficina do Historiador* chega a seu primeiro número de 2018 com uma edição formada por onze artigos livres e uma resenha, que fornecem uma boa amostra da diversidade da produção historiográfica atual. São trabalhos escritos por pesquisadores de várias regiões brasileiras e um deles de Portugal, que percorrem temas que vão das narrativas de jogos eletrônicos à teoria da história.

O primeiro artigo, assinado por Sheila Alice Gomes da Silva e Felipe Eugênio de Leão Esteves, adota a perspectiva da chamada “história dos vencidos” para discutir a presença dos negros no processo de urbanização da cidade de São Paulo, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX. Os autores desse “Modernidade para quem?: O negro e a urbe paulistana” demonstram as práticas de marginalização e discriminação contra os grupos afro-brasileiros no contexto da excludente modernização do país, sobretudo através de medidas higienistas que os afastaram das áreas centrais da cidade.

O texto seguinte, “Movimentos ambientalistas no Rio Grande do Sul (décadas 1970-80)”, enriquece a produção brasileira em história ambiental ao analisar a organização da militância pelas causas ecológicas em Porto Alegre e em cidades do interior do estado. Em seu esforço para fornecer um quadro abrangente do surgimento de entidades de defesa da causa ecológica, Elenita Malta Pereira reconstituiu a trajetória desses movimentos em suas grandes linhas, abrindo perspectivas para a realização de estudos mais aprofundados e completos sobre o tema, ainda pouco estudado.

Também no campo da história do Brasil, Joice Bernaski e Hélio Sochodolak, autores de “História da violência e sociedade brasileira”, partem da hipótese de que o fenômeno da violência possui raízes históricas. Assim, ao longo do artigo, os autores apresentam definições do fenômeno em diversos contextos, da Idade Média à Pós-modernidade, para em seguida abordar o caso brasileiro. Partindo de uma interpretação da história do país como um processo de essência violenta desde o início da colonização, advogam que a consolidação de uma sociedade marcada pela alta concentração de renda e pela desigualdade esteve embasada no uso constante de práticas truculentas, confirmadas com recurso à pesquisa em fontes judiciais.

Mantendo o foco na sociedade brasileira, mas na perspectiva da história intelectual, Luiz Carlos Bento apresenta seu artigo “Manoel Bomfim e as especificidades da formação brasileira: a conquista do território como elemento definidor da identidade nacional”. A partir da leitura dos clássicos do autor, “América Latina: Males de Origem” (1905) e “O Brasil na América: caracterização da formação brasileira” (1929), Bento discute a concepção do historiador sobre a formação nacional brasileira em paralelo com o estudo dos processos vividos nos demais países latino-americanos. A análise ressalta a conquista e o povoamento dos territórios nacionais como elementos fundamentais para a compreensão de sua dinâmica histórica.

A pesquisa em história intelectual caracteriza também o artigo assinado por Magna Lima Magalhães, Paulo Roberto Staud Moreira e Rafael Eduardo Stelter, “Produção literária e contexto histórico no século XIX: O mulato, de Aluísio Azevedo”. O trabalho, que produz uma leitura sociológica do texto literário, parte da obra fundadora do realismo-naturalismo no Brasil para discutir a formação da identidade brasileira e as perspectivas de progresso econômico no contexto escravocrata, problematizando a postura de inferiorização do negro nas estruturas sociais e políticas do país.

Explorando a história da modernização agrícola brasileira durante o período desenvolvimentista, em suas interações com entidades internacionais, Douglas Orestes Franzen assina “As potencialidades agrícolas de Porto Novo: a modernização agrícola de Itapiranga (SC) com a cooperação da Alemanha Ocidental”. O trabalho focaliza o projeto de desenvolvimento forjado pela comunidade local do município catarinense com financiamento externo de uma entidade alemã ligada à religião católica. Com esse estudo, o autor demonstra a articulação dos esforços locais e regionais para o aprimoramento da estrutura produtiva no campo com conjunturas econômicas bem mais amplas, tendo como referência o início da década de 1960.

No artigo “A liberdade para distribuir a ‘Bíblia protestante’ em Portugal no início do século XX: o caso José Alexandre”, Timóteo Cavaco estuda um dos antecedentes do reconhecimento da legalidade de todos os cultos em Portugal, decretado em 1911. Trata-se do julgamento que decidiu pela legalização inequívoca da venda no país da versão protestante do livro sagrado, em 1907. A partir de um estudo das bases jurídicas da decisão do Tribunal da Relação, o autor explora questões de ordem social e política, em um contexto de manutenção do poder exercido pela Igreja Católica no país.

Daniele Gallindo Gonçalves Silva e Rafael de Moura Pernas demonstram a inesgotável vitalidade do debate histórico ao escolher como objeto de análise o jogo

eletrônico Call of Duty Black Ops 3, lançado em 2015. Sua interpretação, centrada na leitura em profundidade da narrativa enunciada pelo jogo, demonstra o quanto a perspectiva distópica aí elaborada reflete uma construção do futuro que tem como base um juízo acerca do mundo contemporâneo. Explorando o conceito de “horizonte de expectativa”, desenvolvido pelo teórico da história Reinhart Koselleck, os autores expõem o que consideram a limitação da capacidade de imaginação do futuro no mundo atual.

No campo da história da fotografia, Maria Helena Alves da Silva publica “A beleza circassiana no século XIX e a apropriação cultural de Pt Barnum”, artigo dedicado ao fenômeno da exploração pelo mundo do entretenimento de uma estética associada às mulheres originadas da Circássia, região do Cáucaso que despertou o interesse das sociedades europeia e norte-americana em função da guerra que travou contra a Rússia na segunda metade do oitocentos. Fazendo uso do conceito de “apropriação cultural”, a autora aponta para a criação de um imaginário e de um ideal estético que apontavam, naquelas sociedades, para questões ideológicas e morais.

Os dois últimos artigos da Revista tratam de temas relativos à teoria da história. Fábio Ronaldo da Silva e Paulo Roberto Souto Maior Júnior são os autores de “Fiando a tapeçaria em um fim de tarde: uma discussão sobre o fim e o princípio”, texto dedicado a uma análise do filme documentário “O fim e o princípio”, de Eduardo Coutinho, lançado em 2005. A partir dessa referência, os autores dedicam-se a uma reflexão sobre a velhice e sobre o trabalho de narração, que inspiram um debate sobre a rememoração do passado e a significação das experiências individuais e coletivas.

Encerrando a coletânea de artigos livres desse número estão as “Notas introdutórias para o estudo da teoria da história”, de Augusto da Silva. O texto introduz o leitor a uma reflexão sobre os problemas filosóficos essenciais do trabalho do historiador, como sua necessária fundamentação em um substrato teórico que apoie o fazer historiográfico. Chamando a atenção para a importância do diálogo entre historiadores e filósofos, o artigo discute ainda a vigência de uma história científica no século XIX, que em grande parte dispensou a discussão teórica em prol da criação de uma prática historiográfica de sentido técnico, somada a uma narrativa fluente.

Para finalizar esse número, a *Oficina do Historiador* oferece a resenha de autoria de Bruno Dias Santos sobre o livro “Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira”. O texto discute o estudo de Paulo César Gomes e demonstra a importância de sua contribuição para a historiografia da ditadura civil-militar brasileira.

A edição de mais esse número da Revista foi possível graças ao trabalho de uma equipe editorial formada por estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação da PUCRS, a quem agradecemos pela inestimável contribuição: Cláudia Gisele Masiero, Cristiane Mitsue Corrêa, Eduardo Ortiz, Filipi Gomes de Pompeu, Ivan Rodrigo Trevisan, Juliano Sauter, Pricila Niches Müller e Samuel Alves. Expressamos também nossa gratidão pelo trabalho de Ana Paula Gomes Bezerra, que atuou como secretária do periódico no último semestre, e saudamos Henrique Perin, que responde pelo trabalho a partir dessa edição.

Em especial, registramos nosso reconhecimento à equipe de revisores – alunos do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS –, que a partir desse número atua para o aprimoramento dos textos dos artigos e resenhas publicados pela *Oficina*. São eles: Samla Borges Canilha, Pietro Gabriel dos Santos Pacheco e Thais Dias de Quadros.

Cumprimentamos também os autores dos textos aqui publicados, agradecendo-lhes por terem confiado seus trabalhos à Revista, e registramos as instituições a que se vinculam, como professores ou estudantes: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR), Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade FEEVALE (RS), Faculdades Adamantinenses Integradas (SP), Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade do Vale do Paraíba (SP), Universidade Nova de Lisboa, Universidade Estadual Paulista (Assis, SP)

Sem mais, convidamos os leitores da *Oficina do Historiador* a mergulhar na produção dos novos pesquisadores que aqui se apresentam, alimentando a sempre necessária e bem-vinda renovação do trabalho historiográfico.

Luciana Murari

Editora da *Oficina do Historiador*